


ARTIGOS

Educação de jovens e adultos em tempos de crise do trabalho: o currículo integrado na EJA

 Cícero Batista dos Santos Lima*
Reinaldo Araujo Gregoldo**
Marco Antônio Carvalho***

Resumo: Os tempos sombrios em que está mergulhada a sociedade nos levam a pensar na fragilidade daqueles que mais precisam da educação profissional no Brasil. No cenário otimista o país possui cerca de 11 milhões de desempregados e, com a implantação do novo regime trabalhista (BRASIL, 2017), é possível que esse número aumente. Em tempos de egoísmo, em que o “velho” é descartável, queremos abrir espaço para pensar estes sujeitos que buscam as instituições educacionais para melhorar sua condição escolar e, por conseguinte, sua colocação no mundo do trabalho. Nesse sentido, este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica e documental em relação à proposta curricular para a Educação de Jovens e Adultos – EJA em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Região do entorno do Distrito Federal. A pesquisa de caráter exploratório adotou como metodologia a natureza bibliográfica e análise documental, utilizando procedimentos de leitura sistemática (MARCONI; LAKATOS, 2010) para ordenar o conjunto de dados, tendo em vista o objeto de estudo.

Palavras-chave: EJA. Currículo Integrado. Trabalho. Educação profissional.

* Licenciado em Pedagogia e História, Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (2020) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano Câmpus Morrinhos. Professor da Secretaria de estado da educação do Distrito Federal e Pedagogo no Instituto Federal de Goiás Câmpus Luziânia. Contato: cicero.lima@ifg.edu.br

** Licenciado em Pedagogia. Especialista em Educação Ambiental. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal Goiano Câmpus Morrinhos (2020). Pedagogo no Instituto Federal de Brasília Câmpus São Sebastião. Contato: reinaldo.gregoldo@gmail.com

*** Professor Titular do Instituto Federal Goiano. Possui graduação (1987) e mestrado (1992) em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Contato: marco.carvalho@ifgoiano.edu.br

Introdução

O mundo do trabalho tem suas peculiaridades quando se trata da formação escolar dos estudantes brasileiros. Uma delas reside no fato de que ainda há uma dualidade entre ensino propedêutico e técnico em nosso sistema de ensino que, em alguma medida, provoca situações nada agradáveis aos estudantes trabalhadores do país, de maneira particular aos que frequentam a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos.

Ainda existe uma ideia de formação intelectual para ocupação dos postos de trabalho mais bem remunerados e uma formação profissional para os trabalhos menos remunerados. Desde a Constituição de 1988, o Brasil tem buscado superar a dicotomia existente entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução geral e instrução profissional. Segundo Saviani (2007):

[e]ssa separação entre escola e produção reflete, por sua vez, a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual. Por esse ângulo, vê-se que a separação entre escola e produção não coincide exatamente com a separação entre trabalho e educação. Seria, portanto, mais preciso considerar que, após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual (SAVIANI, 2007, p 157).

Posto isso, pode-se dizer que a afirmativa do autor é confirmada, sobretudo quando se lê o documento “Mercado de Trabalho: conjuntura e análise”, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – Ipea, edição do ano de 2018, no qual consta que o nível de empregabilidade é menor quando o corte ocorre por educação. Esse nível é menor entre os que estudam mais. O texto do documento diz que

[o] corte por educação também indica uma melhoria do cenário de emprego para todos os segmentos de trabalhadores. À exceção do grupo que possui ensino fundamental completo, todos os demais apresentaram aceleração nas suas taxas de expansão da ocupação, com destaque para os de maior instrução, médio e superior. (BRASIL, 2018a, p. 18) [grifo nosso]

Pondere-se considerar que, segundo esse mesmo relatório, há um expressivo aumento da taxa de desemprego entre os jovens brasileiros. Aqui, duas informações precisam ser questionadas. A primeira, se há

um aumento da taxa de desemprego entre os jovens, não seria por suas ausências da escola, já que a taxa é menor entre os que cursam o ensino médio e o ensino superior? E a segunda, se não conseguem se qualificar por intermédio da exclusividade que a escola detém na sociedade, não seria pela própria dinâmica excludente?

Inclusive, em relação à questão do mundo do trabalho, Antunes (2009) aponta que a sociedade do capital considera cada vez menos pertinente o tipo de trabalho estável, assalariado, com garantias ao trabalhador, e cada vez mais fundamentais as formas de trabalho precarizadas, a exemplo dos trabalhos parciais, terceirizados ou temporários, sem estabilidades e ausentes de garantias de durabilidade. Por essa razão, a preocupação sobre a formação técnica ser capaz de reorientar a atividade dos que foram postos entre parênteses (FREIRE, 2016, p. 128), faz-se questionamento latente nos fazeres da educação profissional e tecnológica.

Bem, as hipóteses precisariam ser confirmadas, no entanto não é objeto deste trabalho. Aqui nos interessa analisar a proposta do currículo integrado para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos de uma unidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira, constituída por 599 campi de Institutos Federais, 17 unidades educacionais de dois Centros Federais de Educação Tecnológica, 23 unidades de Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais e 14 campi do Colégio Pedro II.

O curso objeto deste estudo foi o Técnico Integrado em Manutenção e Suporte de Informática na modalidade EJA. Esclarecemos que a cidade onde se localiza esta unidade da Rede Federal de Educação Profissional possui aproximadamente 208 mil habitantes, dos quais pouco mais de 8.500 estavam no ensino médio, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2018b).

Durante anos a educação de Jovens e Adultos brasileira, na figura dos que precisaram escolher entre subsistência e apropriação do conhecimento sistematizado (MACHADO, 2018), foi negligenciada. Segundo o censo educacional de 2019, “o número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) diminuiu 7,7% no último ano, chegando a 3,2 milhões em todo o país (BRASIL, 2020). Esses dados apontam um desmonte dessa modalidade de ensino, considerando que o país possui uma taxa de 6,5% de analfabetos, o que corresponde a cerca 11,3 milhões, estando mundialmente mais de 750 milhões nesta condição.

Isso mostra o quanto a política pública não alcança todos, no sentido de ofertar uma educação pública, gratuita e de qualidade. Para Freire (2016), a educação tem como um dos seus alicerces a busca pela emancipação humana do trabalhador. Para ele, a

educação formal deveria promover como um de seus desdobramentos a libertação do indivíduo, problematizando situações que estejam relacionadas ao seu local de vivência. A esse respeito assim se manifestou:

A conscientização implica, pois que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, nesse sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se "desvela" a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. (FREIRE, 1979, p. 15) [grifos nossos]

Prossegue relatando que a conscientização não deve consistir em estar frente à realidade, fingindo um posicionamento falsamente intelectualizado, mas tomado a partir da processualidade da práxis, ou seja, da ação-reflexão constituinte da unidade dialética (FREIRE, 1979). Nesse sentido, a questão da consciência põe-se latente nos fazeres educativos para que não se caia no mero devaneio eloquente de simplesmente apontar mecanismos lógicos, filosóficos ou históricos de como a escola constitui-se socialmente, mascarando os determinantes materiais do tipo societário no qual a ideologia pedagógica dominante baliza-se (SAVIANI, 2018).

No esteio da perspectiva educativa enquanto ação humana conscientizada, Kuenzer (2010) lembra que o par dualístico incluídos/excluídos, nas políticas de educação profissional, surge emoldurado pelo modo de produção capitalista ainda no epicentro das sociedades modernas, em que as formas de inclusão dos sujeitos são sempre subordinadas, ao atenderem às demandas do processo acumulativo. De outra ponta, entende-se a exclusão enquanto condição imposta ao sujeito que não se encontra inserido nessas demandas acumulativas do sistema, estando à deriva pela proposital redução ontológica do humano à uma categoria puramente econômica.

Como pontuam Marx e Engels (2007), a relação entre estrutura social e política dá-se no condão com seu arraigamento na produção material da própria sociedade, já que tal é resultado do constante processo vital de sujeitos determinados por bases, limites e condições objetivas da realidade na qual perfazem suas vivências históricas. Nesse âmbito, os homens reais atuam condicionados no desenvolvimento das forças produtivas e do modo de relações a elas correspondentes, no tempo histórico concreto.

Nesse quesito, Mészáros (2017) aponta que o sistema de produção de uma sociedade não é uma força externa absolutamente poderosa, do ponto de vista

metafísico, mas resultante do tipo de desenvolvimento histórico determinado pelos sujeitos, passível de alteração ao se produzirem intervenções conscientes sobre o processo. Para a educação, faz o alerta (MÉSZÁROS, 2008) de que ela não é uma força ideológica primária nesse interligamento societário, mas se apresenta na funcionalidade de produzir conformidades e consensos partindo dos limites juridicamente sancionalizados e legalmente institucionalizados pelo sistema material em voga.

Diante disso buscamos fomentar o debate sobre a educação de jovens e adultos na educação profissional técnica de nível médio e em como essa parametrização formativa pode contribuir para a restauração da autonomia ontológica dos sujeitos extirpados de sua humanidade pela inserção precoce no sistema de expropriação psicofísica pelo capital.

1. Desenvolvimento

No desenvolvimento deste trabalho queremos apresentar os resultados da fundamentação teórica que sustentam a base de nossa pesquisa. Metodologicamente ela se caracterizou como uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio da qual foi possível conhecer melhor a oferta da educação de jovens e adultos em uma unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica situada na região do Entorno Sul do Distrito Federal.

A proposta é abordar a temática da Educação de Jovens e Adultos na educação profissional com um olhar crítico e fundamentado em dados, que nos possibilite perceber os avanços, retrocessos, mas também as contradições vivenciadas pela modalidade de ensino EJA no espaço de uma instituição educativa que a perfaz, considerando as especificidades e ideações atinentes à perspectiva formativa pelo horizonte do currículo integrado.

1.1 Fundamentação Teórica

Segundo Machado (2018), a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que vem sofrendo diversos ataques ao longo dos anos, sobretudo pelas discontinuidades das políticas voltadas para esta modalidade de ensino. A autora aponta que foi na década de 1990 que houve importante movimento para a educação de jovens e adultos no Brasil, iniciados com a Constituição de 1988, na qual se assegura a educação para todos como um direito inalienável para o desenvolvimento humano.

O direito de todos à educação tornou-se direito humano subjetivo, visto que havia, por parte dos

movimentos populares, a compreensão de que educação e trabalho não estavam dissociados, mas sim constituíam partes integrantes de uma qualificação para o trabalho. Nesse sentido, Machado (2018) afirma que

[h]istoricamente, a EJA é marcada por ações muito descontínuas, no âmbito das políticas educacionais. É necessário considerar que, na década de 1990, ocorreu um movimento importante voltado para a educação de jovens e adultos, envolvendo as três esferas do governo federal, estadual e municipal, desde as discussões em torno da elaboração da Constituição de 1988 até a organização do Ano Internacional da Alfabetização (1990) e tantas outras ações, tais como: discussões e encaminhamentos das Comissões Nacionais de EJA; elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos; elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96;

E prossegue

[...] realização de encontros estaduais, regionais e seminário nacional em preparação à V Conferência Internacional de Educação de Adultos que ocorreu na Alemanha em 1997; exclusão da contagem dos alunos de EJA para o Fundef; a organização dos vários fóruns de EJA em estados e municípios. Finalizando a década, outro fato importante da história da EJA foi a publicação da Resolução nº 1 do CNE/CEB DE 05/07/00, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, do Professor Jamil Cury, sobre as Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos (MACHADO, 2018, p. 36.) [grifos nossos]

Se àquela época a EJA já sofria com a descontinuidade das políticas não é diferente na atualidade, ainda que apresente alguns poucos avanços. Para romper com essas descontinuidades há necessidade de buscar a indissociabilidade entre o trabalho e a educação de jovens e adultos, considerando que ao longo da história a educação e o trabalho “tem sido práticas inerentes à própria existência humana. Seja para a própria sobrevivência, para a obtenção de capital ou para o seu desenvolvimento integral”. (RÊSES, 2018, p. 91).

Ademais, a perspectiva da profissionalização ganha fôlego na conjuntura brasileira com a instauração da industrialização massiva entre as décadas de 30 e 60 do Século XX, levando a oligarquia governamental a construir políticas públicas direcionadas a suprimir essa lacuna a partir de uma visão utilitarista da educação, no sentido tecnocrático de subordiná-la à abordagem qualificadora de recursos humanos para adaptação de habilidades economicamente valorizáveis na competitividade da empregabilidade (LIMA, 2012).

No que concerne às formas de se materializar a ação educativa no âmbito da formação dos sujeitos, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) apontam que as

transformações econômicas, dos avanços tecnológicos, da organização do trabalho, dos hábitos de consumo e da reestruturação do sistema de produção e desenvolvimento colocam questionamentos ao papel da escola, de maneira que a globalização expressa o espírito da época contemporânea e a etapa em que a base material econômica capitalista encontra-se atualmente.

Essa observação remete ao que Frigotto (2010) analisa sobre a fragmentação e segmentação sofridas pelos processos educativos no transcorrer das estratégias de subordinação deste ao capital, particularmente ao apontar que, quando se adentra a esfera da relação entre trabalho e educação, a formação humana terá como resultado o sujeito definido sob as diferentes perspectivas históricas que a sociabilidade dos fatores assumir.

Nesse caminho, Frigotto (2010) afirma que, por ser a educação prática social estabelecida no conjunto das relações sociais, é atividade humana histórica definida no entretecer de embates entre grupos ou classes sociais da qual o homem é entendido enquanto sujeito permeado por necessidades também históricas e múltiplas, a exemplo de materiais, afetivas, estéticas, psíquicas, lúdicas e biológicas.

Por essa razão, Mészáros (2008) lembra que, ao longo do último centenário e meio, a educação institucionalizada propositalmente serviu aos interesses capitalistas, ao fornecer conhecimentos para operar a expansão produtiva do sistema do capital concomitantemente à geração e transmissão de um quadro de valores legitimadores do que Gramsci (2001) define como educação interessada.

Porém, a própria crise do capitalismo, em termos da capacidade acumulativa dos bens materialmente produzidos e do quantitativo numérico passível de aquisição desses bens, fez com que houvesse “um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo industrial” (ANTUNES, 2009, p. 33).

Ora, se a própria dinâmica marginalizante do sistema reprograma-se e se repagina para modificar a maneira como extorque a mais-valia dos sujeitos (MARX, 1983, 1978, 1964), o trabalho que era tido como atividade diminuta meramente à sua vertente mecânica e repetitiva, demonstra sinais de alargamento em seu fazer no horizonte da completa subsunção do trabalhador ao capital, imputando-lhe a cessão de toda sua capacidade psicofísica.

Essa dinâmica confere à classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009, p. 102) uma heterogeneidade que permeia os tipos de relações existentes na

totalidade do trabalho coletivo assalariado, de maneira a ocorrer mutualidades entre os trabalhadores considerados produtivos, do ponto de vista da participação direta no processo de valorização do capital, e os trabalhadores considerado improdutivo, do ponto de vista da não geração de mais-valia.

Nesse compasso, Antunes (2009) apresenta uma definição ampliada para o conceito de classe trabalhadora, sendo composta, em sua essência, por todos que vendem a própria força de trabalho trocando-a por salário, de maneira a incorporar, além dos clássicos proletariado industrial e assalariados do setor de serviço, o proletariado rural, o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, os trabalhadores hifenizados, terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas, os assalariados da economia informal e os expulsos do processo produtivo.

Inclusive, na efervescência do avanço do sistema de base econômica material capitalista ao longo de seu movimento na realidade histórico-social, a educação enquanto práxis humana encontra-se mediada, segundo Frigotto (2010), por determinações estruturais e movimentos conjunturais, especialmente, de ordens ética e política. Inclusive, Mészáros (2008) aponta que a definir como atividade meramente intelectual, no compasso da dualidade entre prepedêutica e técnica, nada mais é senão a maneira mais tacanhamente elitista de se propagandear ideologicamente a pseudodemocracia.

No ponto do fator conjuntural político, Saviani (2018) alerta para o sentido dado à noção desse termo no âmbito pedagógico, de maneira a entendê-lo como sendo parte da ação educativa em sua indissociabilidade no condão nodal que se estabelece entre o fenômeno técnico-pedagógico e a prática política enquanto ação humana. Porém, frisa a necessária existência das especificidades de cada prática, na medida em que suas caracterizações interpenetram-se sem perder as essências a si intrínsecas, porque

[a] dimensão política da educação consiste em que, dirigindo-se aos não antagonicos a educação os fortalece (ou enfraquece) por referência aos antagonicos e desse modo potencializa (ou despotencializa) a sua prática política. E a dimensão educativa da política consiste em que, tendo como alvo os antagonicos, a prática política se fortalece (ou enfraquece) na medida em que, pela sua capacidade de luta, ela convence os não antagonicos de sua validade (ou não validade) levando-os a se engajarem (ou não) na mesma luta. (SAVIANI, 2018, p. 68)

Ostenta-se fundamental, nesse quadro, estabelecer a significação do trabalho para uma formação

profissional comprometida com a condição contra-hegemônica de todo amálgama resultante do poderio elitista, para o qual a perspectiva integral apontada por Frigotto; Ciavatta e Ramos (2008) parece ser caminho profícuo. A formação humana, nesse horizonte, tem o papel de tensionar a relação entre conhecimento e prática do trabalho para que seja possível aos sujeitos aprendentes dominarem os fundamentos das diferentes técnicas existentes ao longo do processo produtivo.

Nesse caminho, Machado (2010) aponta que essa perspectiva envolve convergir os conhecimentos em um amálgama que contemple, de maneira associada e interligada, as nuances tecnológica, científica, cultural e ética dos campos conceituais, propedêuticos e pragmáticos, engendrando uma totalidade.

Os aportes estruturantes dessa perspectiva envolvem alicerçar, como aponta Saviani (1997), a articulação entre ciência, tecnologia e cultura, realizando-se no interior da esfera da educação profissional a germinação de uma concepção científica ao trabalho produtivo de maneira a desenvolver a omnilateralidade do sujeito. Quando as três dimensões articulam-se, juntamente aos conhecimentos específicos, permite-se fornecer ao sujeito uma formação totalizante envolvendo as múltiplas dimensões, a exemplo das culturais, tecnológicas, científicas, sociais, econômicas.

O sentido de educação nessa perspectiva, enquanto fundamento instaurador da ligação simbiótica entre o sujeito e o processo de elaboração dialética (FREIRE, 2016), carrega significado quando se torna a questão posta por Mészáros (2008), ao indagar se o conhecimento é elemento de transformação social no ideal da emancipação humana ou é entendido como aspecto de manutenção da ordem social alienante do capital.

Afinal, o rompimento com um padrão hegemônico de educação profissional consiste em questionar o laço produtivista que aloca um viés subordinante da escola a interesses meramente mercadológicos, garantindo uma formação de base sólida para que os jovens e adultos não sejam, como aponta Monasta (2010), sujeitos unicamente instruídos para determinado ofício, com olhos infalíveis e mãos firmes, mas detenham alma para contextualizar saberes sociais, econômicos e culturais.

1.2 Metodologia

Metodologicamente a pesquisa pode ser caracterizada como uma pesquisa qualitativa. Para construção deste artigo, utilizamos como referencial metodológico Marconi; Lakatos (2010) dentre outros. Para essas autoras, a pesquisa científica pode ser realizada como atividade em nosso contexto profissional, de modo a responder demandas do cotidiano.

Dessa forma, os resultados de um determinado trabalho podem contribuir para alterar rotinas de trabalho ou mesmo sugerir mudanças dentro do contexto profissional, como empresas, escolas, universidades, entre outros. As autoras apontam que o “pesquisador é compreendido como averiguador que estuda de forma minuciosa, um objeto a ser investigado”.

Convém ressaltar que, conforme Marconi; Lakatos (2010), o termo averiguar não está equivocado ao ser usado, pois há diversas definições para o termo considerando diferentes campos do conhecimento. Para tanto, o estudo utilizou-se de consulta a referenciais bibliográficos e base de dados do censo educacional do ano de 2019 e do censo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (BRASIL, 2018a).

Para sustentar o nosso trabalho utilizamos também o Projeto Pedagógico de Curso – PPC do curso analisado. Foram consultados livros, manuais e artigos científicos, base de dados do governo federal (BRASIL, 2018a; BRASIL, 2018b) que tratam da temática da EJA e das questões do trabalho, considerando que para Severino (2007) a pesquisa bibliográfica se realiza a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Como fonte secundária utilizamos o Projeto Pedagógico de Curso – PPC em vigência na unidade pesquisada. Destacamos que o contínuo diálogo sobre a temática é necessário para vislumbrar outros horizontes, posto que aqui não há a intenção de esgotar o tema.

Os documentos elegidos para esta pesquisa não foram escolhidos ao acaso, mas de forma intencional de modo que representassem o que Sacristán (2017) caracterizou como “currículo prescrito”, neste caso da educação profissional, de tal maneira que as análises realizadas pudessem revelar quais conhecimentos e práticas estão presentes dentro da escola.

Outra questão considerada foi as informações fornecidas pelos documentos. Eles deveriam informar os dados de como o curso está estruturado, qual a sua matriz curricular e os aspectos que são necessários ao egresso após o curso para ingressar no mercado de trabalho.

1.3 Resultados e Discussões

Queremos esclarecer que a pesquisa de cunho bibliográfico e documental buscou evidenciar aspectos relacionados à EJA e ao mundo do trabalho. Para tanto, consultamos a base de dados da instituição onde a pesquisa se desenvolveu com o objetivo de acesso ao Guia de cursos, no qual se encontra a proposta curricular para a modalidade de ensino em questão.

O projeto de curso consultado dá conta de que o curso a ser ministrado nesta modalidade de ensino tem uma carga horária de 2.426 horas, considerando 2.106 horas para disciplinas e as demais reservadas para estágio curricular obrigatório e atividades complementares.

O aluno formado nesse curso sai da instituição com a habilitação em Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, podendo ocupar vagas no mercado de trabalho, nas quais se realizem a manutenção e o suporte em informática, pode atuar em instituições públicas e privadas e no terceiro setor, também pode prestar serviços autônomos realizando a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de um computador.

É importante salientar que o ramo da informática está sempre em constante evolução e que um PPC, como o desse curso, necessita adequar-se aos avanços da tecnologia, pois certamente o cenário tecnológico já avançou muito desde 2013, ano em que foi criado o PPC. Não obstante, a sua essência permanece, do ponto de vista da formação humana, integral.

O índice de desemprego na cidade onde se localiza a unidade escolar está na casa dos 18%, segundo dados do IBGE. Em muitos casos, a não colocação no mercado de trabalho dá-se em razão da baixa qualificação profissional. Os dados do Gráfico 1 mostram que a porcentagem de estudantes matriculados na modalidade da EJA na instituição pesquisada é de apenas 8%, enquanto o índice de analfabetismo na cidade chega a 9,6%, segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.

Em relatório, a CODEPLAN elencou os analfabetos funcionais do município considerando os aspectos da Tabela 1:

Tabela 1: Número de estudantes analfabetos funcionais

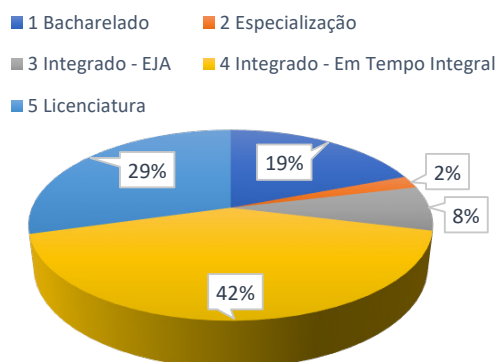
| MODALIDADE | ETAPA E CONDIÇÃO | Nº DE ALUNOS | IDADE |
|-----------------------|--------------------------|--------------|-----------------|
| EJA | Analfabeto | 4.704 | 15 anos ou mais |
| | Sabe ler e escrever | 4.704 | |
| | Alfabetização de adultos | 504 | |
| | Fundamental incompleto | 756 | |
| | Fundamental completo | 252 | |
| | Ensino médio incompleto | 1.050 | |
| Ensino médio completo | 126 | | |

O relatório divulgado em 2018 apontou para três questões. A primeira é o baixo nível de escolaridade na região periférica do Distrito Federal. A segunda é a assimetria entre os números dos municípios que compõem a região do entorno e as áreas da região do Distrito Federal. A terceira, como consequência dos dois anteriores, é a incapacidade dos municípios de superarem essas dificuldades, embora aqui tenhamos observado apenas o município onde está localizada a unidade da Rede Federal, objeto desta pesquisa, que engloba a Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).

Outro aspecto a se considerar é que a cidade em questão lidera o ranking de municípios em que jovens estão mais vulneráveis à violência, fator que em alguma medida está associada ao desemprego. O Gráfico 1 mostra, na instituição pesquisada, a porcentagem de estudantes por modalidade de ensino nos cursos ofertados.

Observamos que a modalidade EJA ocupa apenas 8% do total da oferta, enquanto o ensino integrado de tempo integral é responsável, sozinho, por 42% do percentual de estudantes matriculados.

Gráfico 1. Percentual de alunos por modalidade na Educação Profissional na Instituição pesquisada



| Cursos | Nº de estudantes matriculados |
|---------------------------------|-------------------------------|
| 1 Bacharelado | 145 |
| 2 Especialização | 16 |
| 3 Integrado - EJA | 57 |
| 4 Integrado - Em tempo Integral | 316 |
| 5 Licenciatura | 222 |
| 6 Subsequente | 3 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos

Outro dado que chama muita atenção é o fato de os institutos federais terem recebido, por parte do

governo, em 2019, 16 milhões de reais para investimentos nesta modalidade de ensino (BRASIL, 2019). O recurso, segundo o portal do MEC, deveria ser destinado à capacitação profissional de estudantes e professores da EJA.

Para que os 10 institutos recebessem os recursos, alguns critérios foram considerados, dentre eles a eficiência acadêmica, variável calculada a partir de três indicadores (taxa de evasão, taxa de retenção e taxa de conclusão), que trata da evasão e continuidade da oferta da modalidade.

Desse modo, percebemos que o curso ofertado na modalidade EJA na instituição pesquisada aponta para a importância da formação dos jovens, adultos e idosos que buscam a modalidade de ensino para se capacitar ao exercício da cidadania plena no mundo do trabalho.

Destacamos que o currículo adotado é diferenciado, de modo a oportunizar uma educação humana integral (BRASIL, 2018c). Observamos que na educação profissional o número de estudantes vem caindo ano após ano. A pergunta que se faz é: por que razão a diminuição? Os dados do censo 2019 demonstram, conforme a Tabela 2, que há uma diminuição no número de matrículas na EJA.

Tabela 2: Número de Matrículas na Educação Profissional por Modalidade – 2015 - 2019

| ANO | Total | MODALIDADE | | | | FIC |
|------|-----------|--------------|-------------|-----------|--------|--------|
| | | Ensino Médio | | | | |
| | | Integrada | Prof. Conc. | Prof. sub | EJA | |
| 2015 | 1.917.192 | 485.685 | 278.212 | 1.023.332 | 38.228 | 91.735 |
| 2016 | 1.859.940 | 531.843 | 329.033 | 881.738 | 32.710 | 84.616 |
| 2017 | 1.831.003 | 554.319 | 328.073 | 874.371 | 35.043 | 39.197 |
| 2018 | 1.903.230 | 584.564 | 354.346 | 894.862 | 35.145 | 34.313 |
| 2019 | 1.914.749 | 623.178 | 252.221 | 962.825 | 36.750 | 39.775 |

Fonte: Inep Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas. Brasília, 2020.

Observamos, portanto, que o número de matrículas na modalidade de EJA vem oscilando entre diminuição e aumento sem constância equitativa, como aponta a tabela 2. Uma das possíveis causas das diminuições pode relacionar-se com o número já mencionado de analfabetos funcionais existente em apenas uma cidade e com o desemprego, que ocorre principalmente na faixa etária daqueles que não concluíram o ensino médio.

Diante das questões apresentadas, o que se propõe para o currículo da Educação de Jovens e Adultos na instituição pesquisada contempla, por meio dos eixos estruturados na sua matriz curricular expostos nos quadros 1 a 3, a busca de uma formação integrada com perspectiva de ampliar as possibilidades de

formação dos estudantes integrando as diferentes áreas do conhecimento e constituindo o espaço da escola como local onde se entrelaçam os alicerces do tripé formativo para troca de experiências entre sujeitos aprendentes.

Partindo-se dessa premissa principiológica e pedagógica, a organização curricular pontuar três tipologias organizativas para a proposta de formação integrada, sendo que

[n]o Eixo de Formação Geral estão as disciplinas obrigatórias que compõem a base da formação escolar de nível médio [...] O Eixo de Formação Profissional refere-se ao conjunto de disciplinas obrigatórias da formação profissional técnica de nível médio [...]. A matriz curricular está organizada pelos eixos, assim constituídos: Disciplinas de Formação; Disciplinas Integradoras; Estágio Curricular Supervisionado e Atividades Complementares (BRASIL 2018 c, p. 10)

Uma questão que chama atenção na oferta do curso é a maneira como as disciplinas estão organizadas. Elas estão divididas em três núcleos, sendo: Núcleo Comum, Núcleo Diversificado e Núcleo Específico. Para cada qual há um número de disciplinas a serem cursadas ao longo dos três anos de formação, conforme constam nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1: Disciplinas obrigatórias no núcleo comum

| Disciplinas | | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | Carga Horária do Curso em Horas/Aulas | Carga Horária do Curso em horas/relógio |
|--------------|---|-------------|------------|------------|---------------------------------------|---|
| Núcleo Comum | Língua Portuguesa e Literatura Brasileira | 4 | 2 | 2 | 288 | 216 |
| | Língua Estrangeira - Inglês | 2 | 2 | | 144 | 108 |
| | Artes | 2 | | | 72 | 54 |
| | Geografia | 2 | 2 | 2 | 216 | 162 |
| | História | 2 | 2 | 2 | 216 | 162 |
| | Matemática | 4 | 2 | 2 | 288 | 216 |
| | Física | 2 | 2 | 2 | 216 | 162 |
| | Química | 2 | 2 | 2 | 216 | 162 |
| | Biologia | 2 | 2 | 2 | 216 | 162 |
| | Filosofia | 2 | 2 | 2 | 216 | 162 |
| | Sociologia | 2 | 2 | 2 | 216 | 162 |
| | Educação Física | 4 | 4 | | 288 | 216 |
| | Aulas por semana | 30 | 24 | 18 | | |
| | Hora aula / ano | 1080 | 864 | 648 | 2592 | |
| | Hora relógio / ano | 810 | 648 | 486 | | 1944 |

Fonte: PPC do curso técnico integrado em suporte e manutenção de computadores modalidade EJA.

No Quadro 1 é possível perceber que foram preservadas as disciplinas da Base Nacional Curricular Comum, com carga horária igual ou maior que a solicitada pelo MEC. Já no que se refere ao núcleo diversificado, exposto no Quadro 2, é possível observar que estão agregadas entre optativas e obrigatórias.

Essas disciplinas estão assim organizadas de forma a garantir a transversalidade, que dialoga com a formação básica de nível médio e a qualificação geral para o trabalho, na perspectiva da construção da identidade formativa dos cursos e eixos agrupados.

Quadro 2: Disciplinas do núcleo diversificado

| Disciplinas | | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | Carga Horária do Curso em Horas/Aulas | Carga Horária do Curso em horas/relógio | |
|---------------------------|-------------------------|---|------------|------------|---------------------------------------|---|----|
| Núcleo Diversificado | Obrigatórias | Leitura e Produção de Textos | 2 | | | 72 | 54 |
| | | Estatística | | 2 | | 72 | 54 |
| | | Arte e Processo de Criação | | 2 | | 72 | 54 |
| | | Educação física, Saúde, Lazer e Trabalho | | | 2 | 72 | 54 |
| | | Fundamentos da Computação | 2 | | | 72 | 54 |
| | | Arquitetura e Manutenção de Computadores | 2 | | | 72 | 54 |
| | Optativa | Introdução a Pesquisa e Inovação | 2 | | | 72 | 54 |
| | | Inglês Instrumental | | | | | |
| | | 2ª Língua Estrangeira – Espanhol / Libras | | | 2 | 72 | 54 |
| | Aulas por semana | 8 | 4 | 4 | | | |
| | Hora aula / ano | 288 | 144 | 144 | 576 | | |
| Hora relógio / ano | 216 | 108 | 108 | | 432 | | |

Fonte: PPC do curso técnico integrado em suporte e manutenção de computadores modalidade EJA.

Já o terceiro núcleo, denominado de específico, exposto no Quadro 3, organiza o conjunto das disciplinas obrigatórias da formação profissional técnica de nível médio, conforme a habilitação do curso. Nesse sentido, o cuidado é para que a formação propedêutica não seja suprimida pela formação técnica, ou a formação técnica seja suprimida pela formação propedêutica e ambas pela formação diversificada.

Quadro 3: Disciplinas do núcleo específico

Ao longo de toda a organização curricular prescrita, entretanto, há possibilidade de trabalho por meio dos projetos integradores, que constituem uma das formas de fazer com que as práticas profissionais estejam dentro do processo de formação do estudante alinhada ao currículo. Lembremos que as práticas profissionais são uma das dimensões do processo de ensino-aprendizagem e por isso devem dialogar com todas as áreas do conhecimento.

Dessa forma, podemos fazer um resgate do pensamento de Freire (2006) quando se refere à formação humana, dizendo que

[n]ão é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética,

| Disciplinas | | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | Carga Horária do Curso em Horas/Aulas | Carga Horária do Curso em horas/relógio |
|---------------------------|---|------------|------------|------------|---------------------------------------|---|
| Núcleo Específico | Sistemas Operacionais | | 2 | | 72 | 54 |
| | Autoria Web | 2 | | | 72 | 54 |
| | Algoritmos e Técnicas de Programação | 4 | | | 144 | 108 |
| | Banco de Dados | | 4 | | 144 | 108 |
| | Redes de Computadores e Segurança da Informação | | | 4 | 144 | 108 |
| | Análise e Modelagem de Sistemas | | 2 | | 72 | 54 |
| | Programação para Web | | 4 | 4 | 288 | 216 |
| | Sistemas de Gerenciamento de Conteúdo | | 4 | | 144 | 108 |
| | Desenvolvimento de Sistemas para Web | | | 4 | 144 | 108 |
| | Aulas por semana | 6 | 16 | 12 | | |
| | Hora aula / ano | 216 | 576 | 432 | 1224 | |
| Hora relógio / ano | 162 | 432 | 324 | | 918 | |

Fonte: PPC do curso técnico integrado em suporte e manutenção de computadores modalidade EJA.

entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar (FREIRE, 2006, p.33).

A partir dessa observação fundamental é preciso ter-se cuidado para não se correr o risco de a escola ser submergida pelo critério da racionalidade formal e perder sua dimensão socializadora. Que ela possa caminhar alinhando o conhecimento formal com o conhecimento prático, respeitando a subjetividade de cada sujeito e os conhecimentos prévios com os quais ele chega à instituição.

Considerações Finais

O desafio da formação de jovens e adultos na educação profissional passa, necessariamente, pela tomada de consciência destes sujeitos como seres políticos e de direitos humanos. Eles constituem uma parcela significativa da sociedade, que ao longo do tempo vem sofrendo com a descontinuidade das políticas públicas para o atendimento de suas necessidades educacionais e profissionais.

Se a busca pelo lugar no campo do trabalho esbarra no desafio da falta de formação, é tarefa da sociedade, dos governos, da escola, promoverem esta formação, com respeito à dignidade de cada aluno. Ainda que se viva em um mundo em que o capital inferioriza as diferenças e minimiza os impactos do não trabalho, é preciso avançar para horizontes em que a cultura do descartável seja superada. As pessoas que buscam a Educação de Jovens e Adultos são, em sua maioria, advindas de descontinuidades, seja na vida familiar, social ou mesmo escolar. De modo particular, esses alunos enxergam e lidam de maneiras diferentes

com o mundo do trabalho.

Uma delas consiste na caracterização do posto laboral a si reservado, não enquanto opção própria de cada indivíduo, senão que pelas adversidades da vida. O abandono da escola confere-lhes lugar de inferioridade em um mundo em que o ter (dinheiro, carro, estudo) é mais valorizado que o ser,

apresentando-lhes formas precarizadas de inserção no mundo do trabalho. Embora a materialidade ocupe lugar na vida das pessoas, não se pode achar que as comparar a coisas, objetificando-as, seja o fio condutor da processualidade vivencial dos sujeitos configurando unidirecionalmente os ditames à esfera econômica.

Os achados da pesquisa, no que tange à quantidade de estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, apontam para uma busca de encontro com o sentido em seus fazeres vivenciais. A formatação a partir da qual a instituição pesquisada propôs a organização curricular, em contrapartida, parece avançar no horizonte de permitir a esses sujeitos o encontro com tal volitividade.

Lembremos que o trabalho é uma atividade especificamente humana, que dele se utiliza para se educar. Pensemos a educação como um atributo humano, capaz de fazer humanos todos os homens, de modo que não pensemos o trabalho como algo pesado, enfadonho ou mesmo distante de nós, algo inalcançável incapaz de ser compreendido pelo sujeito homem, a si alheio.

Ainda que a nossa educação esteja cindida em classes, busquemos olhar para todos os homens como sujeitos capazes de se transformar pela realidade do trabalho, tomado como elemento nuclear desinteressado da auferição monetária exclusivamente, senão enquanto elemento agregador das necessidades coletivas, das expectativas pela comunidade projetadas e dos resultados dessa atividade material da vida compartilhados.

Desse modo, aqui buscamos evidenciar, por meio dos referenciais teóricos e dos documentos consultados, que é possível, apesar dos desafios, fazer uma educação de jovens e adultos com vista à transformação humana, sem que seja necessário compartimentalizar os conhecimentos ou mesmo menosprezar os conhecimentos já adquiridos pelos alunos da EJA.

A perspectiva de formação integrada, conforme parametrizações expostas nos documentos analisados, parece ser uma tessitura estabelecida pelos cursos técnicos vinculados à Educação de Jovens e Adultos nessa instituição, de

maneira a dialogar com pressupostos ontológicos de concepções emancipadoras do fazer tecnológico.

Também não tenhamos a ingênua ideia de que o que está posto para esta modalidade de ensino seja ao acaso. É preciso visualizar que uma parcela da sociedade, sobretudo a “conservadora burguesia brasileira”, está sempre em constante busca de desacreditar a nossa educação e, para além, suplantando quaisquer

tentativas de deixar os sujeitos na equitatividade inerente à dimensão ontológica, estratificando o inestratificável pela incorpórea dualidade de classes.

Ao caminhar com esta pesquisa não temos a pretensão de esgotar o tema. No entanto, apontamos que os fatores vivenciados na sociedade encaminham os alunos a buscarem esta modalidade de ensino como uma maneira de melhor se colocar no mundo do trabalho.

Notas

¹Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>>. Acesso em 12 set 2020.

²Nas palavras de Antunes (2009), são os assalariados desprovidos do mecanismo de carteira assinada e os que trabalham por conta própria, a exemplo de prestadores de serviços de limpeza ou reparação. Afirma que esse recorte da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009, p. 102) encontra-se em aumento exponencial no capitalismo contemporâneo.

³Municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais limítrofes ao Distrito Federal.

Referências

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas. Brasília, 2020.

_____. Instituto Federal de Goiás. MEC. Campus Luziânia: Total de Alunos por Modalidade. 2020. Disponível em: <http://visao.ifg.edu.br/total-alunos-modalidade>. Acesso em: 23 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. MEC. EJA: Institutos recebem mais de R\$ 16 milhões para investimentos na educação de jovens e adultos. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2019/12/institutos-recebem-mais-de-r-16-milhoes-para-investimentos-na-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Trabalho. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. 24ª. ed. Brasília: Ipea - Ministério do Trabalho, 2018a. 180 p. (1). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/180502_bmt_64.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Censo Escolar: Sinopse. 2018b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/luziania/pesquisa/13/78117>. Acesso em: 23 abr. 2020.

_____. Instituto Federal de Goiás Câmpus Luziânia. MEC. Guia de Cursos: Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA. 2018c. Disponível em: <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint-eja/tec-eja-manutencao/CP-LUZIANI>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília. 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em 12 set 2020.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Governo do Distrito Federal. NÍVEL DE ESCOLARIDADE E FALTA DE MOTIVAÇÃO PARA ESTUDAR NA PERIFERIA METROPOLITANA DE BRASÍLIA. Brasília: GDF, 2018. 10 p. (1). Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/N%C3%ADvel-de-escolaridade-e-falta-de-motiva%C3%A7%C3%A3o-para-estudar-na-PMB.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

Referências

- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 54ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere, volume 2: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- KUENZER, Acacia Zeneida. *As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária*. In: MOLL, Jaqueline [et. al.]. *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 253-270.
- LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10ª ed. rev. amp. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIMA, Licínio Carlos. *Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na "sociedade da aprendizagem"*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MACHADO, Lucília. *Ensino Médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa*. In: MOLL, Jaqueline [et. al.]. *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 80-95.
- MACHADO, Maria Margarida et al (org.). *O Financiamento público das pesquisas em educação de jovens e adultos integrada a educação profissional*. In: RODRIGUES, Maria Emília de Castro et al (org.). *EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES*. Curitiba: Appris, 2018. Cap. 1. p. 19-44. (IV).
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1964.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. [tradução Nélio Schneider]. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *A educação para além do capital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MONASTA, Attilio. *Antonio Gramsci*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- RÊSES, Erlando da Silva et al (org.). *CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO PARA O ESTUDO DA EJA*. In: RODRIGUES, Maria Emília de Castro et al (org.). *EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES*. Curitiba: Appris, 2018. Cap. 3. p. 79-102. (IV).
- SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Penso, 2017.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 43ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.
- _____. (Brasil). *Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos*. *Revista Brasileira de Educação*, [S.L.], v. 12, n. 34, p. 152-180, jan/abr 2007. Anual. Disponível em: <http://ceved.org.br/biblioteca/revista-brasileira-educacao-anped-2007-n34-v12/>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- _____. *Entrevista com Dermeval Saviani – PNE*. [7 de abril, 2014]. Disponível em <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-dermeval-savianipne>. Acesso em 28 mar 2020.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.